

A EFICÁCIA SIMBÓLICA DA MEMÓRIA E SEUS LIMITES

Após o assassinato do prefeito de Acaraú, em 1998, a divisão entre familiares acionou a emergência de facções, tornando as eleições um tempo significativo de explicitação de conflitos e rememoração do ocorrido¹. As alusões ao fato, fundamentadas em acusações e reações de defesa, tornavam cada momento eleitoral uma espécie de ajuste de contas.

A pesquisa sobre o conhecido “caso Acaraú”, conforme expressão da imprensa, que dá subsídios ao presente texto, iniciou-se com base no registro de uma campanha de denúncia realizada na cidade de Fortaleza, por familiares da vítima, envolvendo instituições jurídicas e Assembléia Legislativa. A coleta de dados, fundamentada em entrevistas, observações de eventos, publicações e notícias de jornais, enfatizou a eclosão dos sentimentos no espaço público e o processo de legitimação da denúncia, efetivado com base na divisão de papéis familiares².

A campanha pela justiça e contra a violência organizada por parentes da vítima introduziu uma articulação complexa entre espaço público e espaço privado, produzindo questionamentos na forma habitual de se separar, na literatura sociológica, dimensões expressivas do mundo social que na prática estão conectadas. A situação de entrelaçamento dessas esferas apareceu na difusão das perdas familiares como motriz de denúncia no espaço público, momento onde os papéis tradicionais de pai, viúva e filha foram reforçados, rompendo a percepção dos sentimentos familiares como parte das atribuições habituais da instância privada.

¹ O assassinato do prefeito de Acaraú, município localizado a 250 KM de Fortaleza, teve ampla repercussão na imprensa, implicando um processo jurídico com envolvimento dos parentes da vítima. Os primos Amadeu Ferreira Gomes, vice-prefeito, o deputado estadual Manuel Duca da Silveira e o deputado federal Aníbal Ferreira Gomes foram indiciados como mandantes do crime ainda em processo de julgamento.

² Ver Barreira, Irllys “Política, memória e espaço público: a via dos sentimentos”, RBCS 46, São Paulo, ANPOCS

Foi justamente a mobilização e pressão da opinião pública presente nas ruas de Fortaleza, na Assembléia Legislativa e na imprensa que atribuiu significados políticos à decisão sobre a quebra da imunidade do Parlamentar acusado de participação no crime. Ressalte-se que a singularidade da campanha “pela justiça e contra a violência” esteve no trabalho feito com distintos suportes de sociabilidade: no âmbito público, no circuito das conversas e nas formas de persuasão vigentes no plano pessoal.

As investigações de pesquisa sobre os nexos entre política e família prosseguiram no contexto das campanhas eleitorais de Acaraú. Lá, pude perceber que os conflitos familiares latentes, intercalados por acertos internos, foram explicitados e radicalizados após o assassinato do Prefeito. A posterior divisão familiar, baseada formalmente na crença ou descrença sobre a autoria do crime, fez com que “cada lado” se posicionasse, recompondo a genealogia simbólica referenciada, anteriormente, no princípio da unidade.

As campanhas eleitorais no município de Acaraú, ocorridas após o assassinato do Prefeito, representaram o ápice público das dissenções familiares. Espécies de ato inaugural de inscrição de facções familiares no cenário político, as campanhas reeditavam, de forma espetacular, a arena dos conflitos. Os ressentimentos, transformados em retóricas da denúncia, afirmavam o velho sentido da política como a “guerra por outros meios”.

Os símbolos da paz, os apelos aos sentimentos e os discursos de denúncia transferiram o ponto de honra para o lugar do ressarcimento moral, através da vitória nos pleitos eleitorais. A substituição ou o recalque de um provável método violento de revide, por uma estratégia de eliminação simbólica do adversário, através da derrota eleitoral, permitiu tanto a existência de uma trégua como a sobrevivência política da facção familiar representada pela Viúva-candidata.

Pensar a denúncia como estratégia de campanha eleitoral supõe a capacidade de instaurar crenças e adesões a causas sentidas como coletivas. Na situação de Acaraú, as retóricas da denúncia tinham por objetivo a obtenção de crédito, tal como foi percebido por Boltanski (1984) em lutas pela honra, nas quais a vítima só obtém reconhecimento dos outros à medida que diminui a credibilidade do responsável pela injustiça. A denúncia, nesse sentido, atuaria como espécie de homicídio civil.

Após a morte do prefeito, Magda Gomes foi eleita duas vezes, utilizando fortemente a denúncia e rememoração do assassinato como móvel de campanha. Nas eleições de 2004,

a estratégia de difusão do crime, acompanhada de crítica à impunidade, foi mais uma vez acionada como demanda de adesão popular, acrescida, porém, de um novo argumento que afirmava a necessidade de ultrapassar as desavenças familiares em nome do “bem do Município”. “Superar a briga entre famílias” aparecia agora como exaltação ao “novo”, retirando a denúncia do assassinato do centro da plataforma da campanha.

A vitória do candidato da oposição, considerado pela facção familiar da vítima como principal mandante do crime, pôs em questão os limites da eficácia simbólica da memória como estratégia de campanha. Outras formas de apresentar os antagonismos familiares e acionar princípios de pertencimento foram empregadas no contexto da política municipal.

O presente texto irá explorar, a partir da noção de eficácia simbólica da memória, a apresentação e encenação dos conflitos familiares no espaço público, durante as eleições municipais de 2004, ocorridas no município de Acaraú. As observações voltam-se para os mecanismos de construção da imagem dos candidatos, a difusão de valores morais e os sentidos da política revelados durante a campanha.

O tema da conversão da memória em emblema de campanha será tratado a seguir, verificando o papel da retórica da denúncia em diferentes pleitos eleitorais municipais.

CAMPANHAS POLÍTICAS COMO FORMA DE REMEMORAÇÃO DA TRAGÉDIA

As alusões diretas e indiretas ao assassinato do prefeito serviram tanto de referência a várias campanhas eleitorais, como acionaram movimentos de natureza jurídica, nos quais a divisão entre *vítimas* e *culpados* era afirmada. Os eleitores, transformados em “tribuna popular”, tornavam seu voto uma adesão à causa vista como reforço de valores éticos e morais alusivos à história do município. Nos dois processos eleitorais que sucederam ao término prematuro da gestão municipal de João Jaime, as referências ao ex-prefeito explicitavam-se em discursos proferidos em comícios e em músicas de campanha contendo evocações ao crime político. Denúncias de ameaças encaminhadas à justiça eleitoral, provenientes das alas familiares em disputa, tornavam também o setor jurídico um lugar de intermediação dos conflitos entre as duas alas familiares.

Uma rápida retrospectiva dos últimos pleitos eleitorais ocorridos em Acaraú faz-se necessário para a reconstituição dos vários momentos de explicitação dos conflitos no cenário político municipal. Após a curta gestão do vice-prefeito, acusado na justiça como um dos mentores crime, um interventor nomeado pelo governo do Estado assume durante seis meses, a tarefa de “acalmar os ânimos” e dar início à abertura de novo processo eleitoral. O vice-prefeito assumiu durante poucos dias a vacância do cargo, renunciando após incriminação jurídica de suspeita de ser um dos mandantes do crime.

A primeira campanha eleitoral que sucedeu à morte de João Jaime caracterizou-se pela rememoração forte do acontecimento, tornando a viúva uma candidata considerada natural, pela suposta capacidade de dar prosseguimento à gestão do marido. Em 1999, período excepcional de ocorrência de eleições municipais, a viúva-candidata ao executivo municipal afirmava em discurso de posse que era sua principal pretensão “dar continuidade à obra do marido”, justificando sua candidatura como missão mais moral que política. Enfrentou-se, nesse momento, Magda Gomes, com uma candidata apoiada pelos parentes acusados que havia concorrido, em disputa acirrada, com João Jaime no pleito eleitoral anterior.

As expressões públicas da campanha eram, nessa ocasião, espécies de rituais de luto, sendo as reuniões e comícios momentos expressivos de narrativas da tragédia e demanda de adesão popular aos princípios de justiça. Nas eleições seguintes, efetivadas no ano de 2000³, Magda Gomes, novamente candidata-se, assumindo a missão de “não deixar que eles entrassem na Cidade”. Seu principal opositor era um dos primos acusados de ser um dos mandantes intelectuais do crime.

A estrutura das oposições conformava-se em dois lados radicais, referências a partir das quais avaliava-se a história política de Acaraú. Esta, conhecida ao ponto de servir de matéria para o programa Linha Direta, da TV Globo, que nesse momento iniciou as filmagens do “caso”, tendo em vista reconstituir a “história política de Acaraú”. O registro televisivo, no momento em que as campanhas dos candidatos estavam em fase final, era um ingrediente a mais na tensão que caracterizava a disputa entre as facções familiares.

³ Nas eleições municipais de 2000 apresentaram-se como candidatas: Magda Nascimento Gomes da coligação PSD, PSDB, PPB, o Deputado Federal Aníbal Ferreira Gomes, da coligação PMDB/PFL, e o Vereador Paulo Rocha, candidato pela coligação PSB/PT.

A estratégia eleitoral mais eficaz consistiu na tentativa vitoriosa de impugnação, por parte da prefeita, da candidatura de Aníbal Gomes. Na condição de irmão do prefeito Amadeu Gomes, que assumiu o cargo após a morte do chefe do executivo, por período curto de tempo, era legalmente impedido de candidatar-se tendo em vista as regras da justiça eleitoral.

Uma série de apelações, no âmbito do setor jurídico, referente à impugnação da candidatura de oposição a prefeita, acompanhada de vitórias e recorrências legais, permeou todo processo eleitoral. Outras disputas jurídicas também estiveram presentes durante a campanha. Entre elas destacava-se a música de campanha de Magda Gomes narrando o crime, faixas contendo referências acusatórias aos nomeados “assassinos” e outras formas de embate circunscritas ao “não esquecimento do crime”. Outras formas de competição ocorriam nas caminhadas, momento em que a proximidade espacial das candidaturas rivais oportunizava o acirramento de ânimos, potencializando revides não apenas verbal.

Os slogans de campanha e os eventos pela paz eram também uma das formas de enunciação dos conflitos traduzidos para o plano da linguagem eleitoral. Os comícios constituíam oportunidades de demonstração pública dos conflitos de campanha, movidos fundamentalmente pela denúncia. Nesse momento, a retórica dos candidatos ao executivo municipal era uma narrativa do “ocorrido”, expressando a relação simbiótica entre campanha eleitoral e denúncia do assassinato do prefeito. Uma fita, contendo gravação de depoimento visionário do prefeito, sobre as ameaças que antecederam sua morte expondo os potenciais culpados, foi exibida no último comício do período eleitoral legal, fechava o circuito da retórica que buscava unificar perda familiar e adesão popular, criando uma espécie de luto coletivo.

O momento das campanhas eleitorais mesclava sentimentos familiares e adesão política como partes de um mesmo enredo. Diferentes expressões de recuperação do *passado* do município eram em tais circunstâncias acionadas, envolvendo a vida pregressa de concorrentes ao pleito municipal, a ancestralidade familiar, obras etc.

De fato, as campanhas eleitorais efetivadas após a interrupção brusca da gestão de João Jaime moveram-se sob o prisma da indignação, constituindo circunstância na qual enfatizava-se a ausência do prefeito e recorria-se aos seus *feitos* subitamente interrompidos. Os símbolos de rememoração, acionados durante as primeiras campanhas eleitorais

sucessivas à administração de João Jaime eram emblemáticos. Estavam no traje preto de Magda Gomes, na presença de seguranças que tinham a missão de proteger a família, na celebração do aniversário da vítima, nas orações e nas músicas de sua preferência, freqüentemente declinadas em comícios e reuniões políticas.

Se as facções inscreviam-se no cenário público apresentando suas diferenças, o discurso de oposição, representado nas eleições de 2000, através dos partidos PT e PSB, buscava afirmar-se, atribuindo aos opositores uma condição de *igualdade* originada do passado familiar comum. As alianças familiares progressistas descredibilizavam, segundo os opositores, uma afirmação de possíveis diferenças que estariam mais justificadas por brigas internas que fundamentadas em propostas antagônicas de um projeto político para o Município.

A relação entre família e política era, de fato, orgânica na história do poder local de Acaraú. A linhagem de João Jaime Ferreira Gomes é constituída, na história do Município, por um conjunto de relações sociais e políticas, unindo a um só tempo os sentidos de vocação, já apontados por Weber: o *viver da política* e *viver para a política*. As regras de solidariedade política e familiar confundiam-se, pois era como família que os membros se candidatavam, votavam, emprestavam-se apoio mútuo e mobilizavam estratégias de reprodução do poder.

É importante mencionar que o avô do prefeito vitimado, Coronel. José Philomeno Ferreira Gomes, chefe do Executivo Municipal em 1936, inaugurou uma espécie de linhagem familiar baseada no exercício de cargos políticos repartidos entre parentes de uma mesma geração, reproduzindo também um capital simbólico passado de pai para filho. O Prefeito João Jaime Ferreira Gomes Filho, por exemplo, representava a terceira geração de chefes do Executivo Municipal, considerando-se que seu avô havia sido prefeito em 1936, Deputado constituinte em 1947, pelo PSD, e seu pai prefeito durante três mandatos⁴.

Se as eleições imediatamente posteriores à morte do prefeito caracterizavam-se pela presença mais sutil dos acusados, representados indiretamente através de candidaturas de oposição à viúva, desde o pleito de 2000, os parentes considerados pela ala familiar da viúva como mentores intelectuais do crime, disputavam a prefeitura de Acaraú. O processo

⁴ Para se ter uma idéia da genealogia política da família Ferreira Gomes, é importante mencionar que, dos seis filhos homens do Cel. José Philomeno, quatro exerceram cargos na Câmara de Vereadores de Acaraú, na Prefeitura e Assembléia Legislativa (Cf. Ferreira Gomes, 1987).

de reconquista do poder municipal dos deputados-primos acusados do crime aconteceu de forma gradativa. Inicialmente foram candidatos à reeleição para deputado federal e estadual apoiando candidaturas de oposição à viúva. Enfrentaram-se também as facções familiares em disputas pela direção do hospital da cidade. Posteriormente, o deputado Federal Aníbal Ferreira Gomes concorreu, sem sucesso, com Magda Gomes, ao pleito municipal de 2000.

Os confrontos eleitorais diretos traduziam-se em discursos acusatórios e ameaças veladas, mediados fundamentalmente pela justiça eleitoral. “Não esquecer o passado” e evitar o ostracismo político tornavam-se imperativo fundamental para a linhagem dos filhos de João Jaime. Desafiando os conselhos sobre os riscos de sua candidatura feitos por parentes, Magda e seus filhos, consideraram imperativo categórico e ponto de honra impedir que os acusados *retornassem* ao poder municipal.

É relevante considerar que a família de João Jaime construiu sua posição social através da acumulação e repartição de capital político, diferenciando-se da ala da família dos primos que crescia, a essa condição de representantes políticos, um capital cultural proveniente de formação universitária. Para estes, tratava-se de assegurar os espaços políticos conquistados pela linhagem familiar dos avós. Sem respaldo da gestão municipal, o circuito de reprodução do poder tornava-se limitado. Sinais de desgaste, a julgar pelas últimas campanhas eleitorais que colocaram Manuel Duca na condição de suplente, eram evidentes.

Antes da ocorrência do crime é possível identificar diferentes arranjos familiares no tocante ao espaço da participação política, sobretudo no que se refere à ocupação de cargos públicos administrativos. Em um primeiro momento, como já foi mencionado, as discussões internas para decisão sobre as sucessões eleitorais sinalizavam uma negociação atravessada por conflitos nem sempre evidentes no âmbito público. A candidatura de João Jaime às eleições municipais de 1996 efetivou-se de forma negociada, sendo o candidato a vice-prefeito uma expressão da conciliação que durou até o momento do assassinato.

É possível considerar, a partir dos relatos dos entrevistados, que as desavenças cotidianas da família eram anteriormente radicalizadas, mas “resolvidas” nos momentos eleitorais nos quais se negociava a repartição dos cargos, conforme as palavras de um dos familiares: “quando se acabava a política, se acabava a briga”.

A vigência dos acordos em momentos anteriores, entre parlamentares e Prefeito, seguia o caminho das costumeiras articulações entre instâncias do poder, envolvendo transferências de recursos e compromissos de campanha, conforme a atribuição de competência do representante⁵. As relações familiares que dão subsídios às práticas de poder vigentes no Município poderiam ser concebidas como expressão de relações diádicas (Landé, 1977) baseadas em favores, obrigações mútuas e acordos políticos. O reforço dessas relações através dos apoios externos e internos, no plano da gestão de recursos, alimentava os circuitos de poder através da obtenção de verbas para o Município. As esferas municipais de poder eram também consolidadas pela busca de suportes locais, reiterados no plano do Governo estadual. O esgotamento desse circuito foi interpretado por um dos moradores conhecedor da história do município e futuro articulador da campanha do Deputado Manuel Duca:

“Joãozinho não estava dando apoio ao vice e pensava que por estar fazendo uma boa administração, seria reeleito lançando seu filho, João Magno e seu sobrinho João Jaime Neto (chefe de gabinete do Governador) para deputado estadual e federal. O Aníbal tem uma frase que ele gostava muito de repetir: “tem que andar com um farol alto”. Então, acho que os primos anteciparam as coisas e usaram a famosa última arma dos reis”.

O momento de explicitação pública e radical do conflito aparece após a morte do prefeito, expandindo-se em várias dimensões da vida social, dentro e fora do município. A partir de então, as eleições tornam-se tribuna de enfrentamentos e apresentação do conflito familiar como emblema de campanha. A primeira candidatura da viúva ostenta a inscrição das facções no cenário político de Acaraú. A oposição à viúva torna-se, nesse momento, sustentada pela ala familiar dos cunhados indiciados no processo jurídico.

Magda Gomes recebe, em sua primeira candidatura, apoio do governo do Estado através do sobrinho João Jaime Neto, chefe de gabinete e genro do governador. Este suporte não foi suficiente para derrotar os acusados, candidatos nesse momento, a deputado federal e estadual. A denúncia difundida nos diversos distritos de Acaraú revelou a intensa disputa, designada sob as rubricas acusatórias de “crime”, ou defensivas de “calúnia”.

⁵ Sobre a transferência de recursos baseada na criação de compromissos ver Marcos Otávio Bezerra (1995), *Corrupção, um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*, Relume Dumará, Rio de Janeiro

Panfletos e reportagens de jornais traduziam os embates, permeando as campanhas nessa ocasião.

A vitória eleitoral tornou-se, ao longo das diferentes campanhas, uma questão de *honra familiar* ou continuidade da luta “por outros meios”. *Não deixar os inimigos entrarem* passou a ser a meta da Prefeita, transformada *em palavra de ordem* incitadora de adesão coletiva. Tratava-se, nesse sentido, de uma aspiração a partir da qual era buscado o apoio dos moradores, reforçada em apelos à paz e tranquilidade de Acaraú. É notório observar que todos os *slogans* posteriores ao assassinato do prefeito João Jaime fazem alusões à paz apresentada como desejo coletivo dos moradores de Acaraú.

A política, em um contexto permeado pela briga intrafamiliar, delimitou espaços polarizados que eram classificados entre “nós” e “eles”, “um lado” e “outro lado”. Os denominados “em cima do muro” eram vistos como potenciais inimigos. A condição de lados opostos permeou as opções eleitorais baseadas no discurso da fidelidade e da cumplicidade. Os que “não viraram” opunham-se aos que “viraram”, sendo vistos como traidores.

Na pequena cidade de Acaraú, a polaridade distinguia-se do anonimato moderno. Sabia-se quem estava ou deveria estar de algum lado, fazendo com que a disputa política abraçasse planos amplos e complexos da vida social. Não se votava apenas em um candidato, escolhia-se um circuito complexo de sociabilidades relacionadas ao trabalho, amizade e prestígio social. O universo simbólico dos conflitos políticos, escrito com sangue, era reavivado no momento das eleições, afirmando-se através de retóricas dotadas de fortes acusações mútuas.

A contenda entre os candidatos atravessou por ocasião das campanhas eleitorais várias dimensões. Na vida cotidiana da Cidade estabelecia fronteiras espaciais; nos meios de comunicação, dividia as zonas de influência de cada candidato; no plano jurídico, expressava as acusações mútuas de “irregularidades”, apresentadas pelas partes interessadas. Alusões ao clima radical das disputas presentes em expressões, “aquí a cidade está quente”, traduziam o modo como muitas pessoas se referiam à competição entre candidaturas configuradas como facções políticas inimigas.

No caso das eleições de Acaraú, entrava em pauta não só a legitimidade da representação municipal mas também a opção por uma das facções familiares. Se a

polaridade entre candidaturas em municípios de pequeno porte é uma característica constante, acrescenta-se, ao cenário de Acaraú, o ingrediente da tragédia familiar. Os temas da honra e da traição vão estar nesse contexto fortemente presentes, definindo expressões simbólicas de conflitos dotados de peculiaridades. Tudo se passa como se a história política do município passasse a ser recontada a partir de um “antes” e um “depois” do crime, tornando os candidatos porta-vozes das versões contrastantes.

A disputa entre as facções repete-se no pleito municipal de 2004, desta feita opondo o deputado estadual Manuel Duca, considerado mais implicado na acusação de mandante do crime que seu irmão concorrente à disputa municipal anterior. Nessa circunstância de confronto mais radical, Magda Gomes apóia um outro candidato, eximindo os filhos da disputa direta com aquele que, segundo ela, havia sido o principal responsável pela morte do marido.

O CONTEXTO ELEITORAL DE 2004

Uma rápida explanação do contexto eleitoral de 2004 segundo a trajetória dos candidatos ajuda a compreender o novo cenário político local.

Os candidatos ao cargo de prefeito de Acaraú, nas eleições de 2004, eram os seguintes: Manuel Duca da Silveira, tradicional político do Município, prefeito da cidade durante um mandato e deputado por várias legislaturas, tendo na sede de Acaraú a principal base de seus votos. Seu irmão, Aníbal Gomes era à época deputado federal, já tendo sido prefeito de Acaraú e enfrentado, em 2000, Magda Gomes na concorrência pela gestão da cidade. Em 2004, a esposa de Aníbal Gomes candidata-se a vice-prefeita na chapa do deputado Manuel Duca, reforçando o circuito das facções familiares em disputa. Mesmo sendo considerada forasteira, emergia como complemento importante na realização de “obras sociais”. A carreira de odontóloga era freqüentemente mencionada em referências feitas em comícios, ocasião na qual o apresentador passava a palavra à *Doutora Rossana*.

O *candidato da prefeita*, Rogério Rios, era comerciante, vereador por uma legislatura e presidente do PSDB no Município. Recebia os mesmos apoios já dados à Magda Gomes, vindos do governo do Estado e do Deputado Estadual pelo PSDB, João Jaime Neto. No âmbito local tinha também parentes detentores de poder político. Era primo

de Dedé Rios, prefeito de Itarema, distrito de Acaraú. Contava ainda com adesão de comerciantes locais e profissionais liberais.

O candidato a vice, na chapa de Rogério Rios ocupara o mesmo cargo na gestão da prefeita Magda Gomes. A população de Acaraú estava dividida entre as duas candidaturas com as coligações assim constituídas: Duquinha (Manoel Duca da Silveira Neto) PMDB/PFL - coligação *unidos para reconstruir*. Rogério Rios Silveira, PSDB/PP/PPS : coligação paz e progresso para Acaraú. O outro candidato Gutemberg Francisco Felipe Rocha, apoiado pelo Partido Comunista do Brasil PC do B, tinha sua candidatura inscrita, sem haver de fato participado diretamente da campanha.

O PT apoiou a candidatura de Duquinha justificando que na política “se dá um passo para trás” para se seguir na frente. O apoio não expressava consenso do PT estadual na medida em que setores do partido estiveram envolvidos na denúncia do candidato feita através da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Fortaleza.

Nas eleições municipais de 2004, discursos alusivos à necessidade de “esquecer” o passado e “pensar no que seria melhor para o município” terminaram emergindo como estratégia de campanha. A prefeita Magda Gomes, que ofereceu apoio político a Rogério Rios (PSDB), apontava em discurso de campanha a necessidade de “mudar os rumos da história de Acaraú”, retirando a família o cenário eleitoral sucessório.

No espaço político oposto, o candidato Manuel Duca (PMDB) ostentava seu “passado” de conhecedor do Município, enfatizando “benefícios” já realizados durante seu mandato como deputado estadual e do mandato de seu irmão como deputado federal. Acusações morais eram também imputadas à prefeita, apontada pelos adversários como má administradora e clientelista no uso de verbas e manejo do serviço público.

Uma espécie de apelo ao novo e ultrapassagem da contenda familiar emerge tanto no discurso do candidato apoiado por Magda Gomes, que conclama a “superação de uma etapa da história do Município”, como em parte significativa dos eleitores. Para estes, havia chegado o momento de pensar sobre os benefícios necessários a Acaraú, independente da disputa familiar vigente nos últimos tempos.

A idéia de “reconstruir Acaraú”, enfatizada pelo candidato Manuel Duca, tinha como suposto a edificação de obras, estradas e fábricas capazes de lançar o município na “rota do desenvolvimento” considerado perdido na gestão da prefeita. A promessa era

também fundamentada em investimentos feitos no passado, atestando o interesse e prestígio do pretendente na obtenção de verbas federais. O candidato postulava-se também como alguém que sabia quais eram os interesses do município.

O CANDIDATO QUE *CONHECE* A CIDADE

Com a chamada “Acaráú conhece Duquinha e Duquinha conhece Acaráú,” o candidato pelo PMDB apresentava-se como exemplo de amor à terra figurado no slogan 100% Acaráú. Obras realizadas no município, imputadas à sua autoria, eram enumeradas em seu discurso, incluindo estrada, mercado, matadouro municipal, implantação de bancos e empreendimentos comerciais. Além de ser *conhecido*, o candidato postulava-se como *conhecedor* dos problemas do município e, portanto, apto a receber apoio de várias categorias: jovens, homens do campo, pequenos pescadores, os mais pobres, crianças e adolescentes etc. O discurso constituía um contraponto ao candidato apoiado pela prefeita, apresentado como alguém que “só fazia acusações sem propostas concretas para o município”.

O “conhecimento dos problemas da cidade” era sobretudo reforçado pelo capital simbólico do candidato, descrito em vários depoimentos de moradores por sua “popularidade”, conforme pode ser visto na declaração de proprietário de um dos restaurantes considerado mais prestigiados da cidade e freqüentado pelas duas candidaturas:

“O Duquinha entranhou nele o cheiro do povo. Ele pode até chegar em casa e se lavar com sabão. Você já pensou em se encontrar com um artista da TV e ele vir falar com você? Ou então o cara chegar em casa e a mulher perguntar, onde você estava e ele responder: eu tava ali bebendo com o deputado; o povo se sente gente. Duquinha é profissional. Ele Duquinha diz assim, vem cá baitola e bebe uma garrafa de cachaça junto com o povo”.

A popularidade do candidato, reforçada em traços culturais considerados próprios do local (beber cachaça em bares, comer panelada e caminhar pelas ruas) constituía um de seus atributos mais evocados, sendo explorado com vigor durante a campanha. Dono de vaquejada, apreciador de esportes radicais como pular de pára-quedas durante eventos políticos, o candidato cultuava uma espécie de carisma presente na articulação entre

comportamentos a partir dos quais tornava-se “um igual”, impondo porém sua diferença como benfeitor do município. Sua *coragem*, considerada um traço de personalidade marcante, era interpretado de forma positiva e negativa. A atribuição dessa suposta qualidade convivia com acusações de violência que pontuavam discursos tantos de opositores como adeptos. Estes diziam-se conhecedores de ocorrências pregressas.

No contexto das campanhas o acesso ou familiaridade com o candidato constitui regra importante de reconhecimento popular. Não ser forasteiro e, além do mais, *conhecer* o município entram como sinais de credibilidade e capacidade de gestão. “Ser filho da terra” confere também um tipo de capital simbólico que se opõe à *aventura*, presente na imagem do candidato percebido como sendo “de fora”. No mesmo sentido, o “retorno à cidade” de representantes no plano federal ou estadual, é revelador do não-distanciamento do candidato: aquele que “não esqueceu suas origens”. O engano, portanto, associa-se ao desconhecimento. O papel do político, nesse sentido, não se distancia da sua reputação ou capacidade de tecer relações de sociabilidade com seus conterrâneos.

A linguagem dos ressentimentos e as admirações personalizadas distanciam-se da percepção do político como incorporador de um cargo proveniente de um lugar distanciado de sua pessoa. Eis porque características pessoais entram como base de credibilidade. Atributos como simpatia, conhecimento, fazem da tônica dos afetos ingrediente necessário à lógica da política. Menos de que preconizar o plano de uma estrutura cultural baseada no “homem cordial” é possível pensar na lógica da política entendida como extensão da família.

O CANDIDATO DE *PASSADO LIMPO*

O candidato Rogério Rios, apoiado pela prefeita Magda Gomes, apresenta-se como alguém de *passado limpo*, fazendo de seu slogan uma acusação ao rival. Considerando-se novato na política, foi escolhido como “alternativa para mostrar uma candidatura diferente, não saída “dos meios familiares”. Segundo informações do coordenador da campanha:

“Buscou-se essa alternativa e essa foi a visão do deputado João Jaime e da prefeita. A idéia era a de colocar uma pessoa nova, realmente mudar. Uma pessoa jovem, comprometida que tivesse as

raízes fincadas, que morasse aqui no Acaraú. Agora tem esses entraves, o povo não assimila essa transformação do novo, ainda se apega a conceitos passados”.

A campanha de Rogério Rios conclamava a idéia de “novos tempos” a exigir “novas ações”, “nova maneira e administrar” com capacidade ética e “pés fincados no futuro”. A construção de um Acaraú “de cara nova” sintetizava-se em ícones presentes em bonecos, sorrisos e outros símbolos evocadores de mudanças. Apelos à juventude com a proposta de criação de uma secretaria especial reforçavam-se na proposição de programas sociais capazes de “tirar a cidade do atraso”. O atraso era considerado uma velha maneira de fazer política com o recurso de formas de persuasão capazes de “enganar o povo”.

Em comícios e reuniões, os discursos dos apresentadores sempre versavam sobre as diferenças entre os candidatos. Rogério Rios era apresentado como “homem bom” e “cara legal”, de “passado limpo”, por isso apto a reconstruir a história do município. Era o vereador que não agüentou o (velho) modo de fazer política e por isso desistiu de outros mandatos. Postulava-se também como o homem de família, virtuoso e de sucesso. Ao contrário, seu opositor Manuel Duca, era apresentado como violento e de “passado sujo”.

A disputa entre as facções referia-se fortemente às reputações como balizamento da retórica de campanha. A “biografia” dos feitos imorais incluía de um a lado a acusação feita pela prefeita de violência dos adversários “em nome de sua família e de outras de Acaraú”. Em revide, era acusada pelo candidato de oposição, de corrupção no uso do dinheiro público, com menção feita à “riqueza repentina dos filhos” e “perseguição aos funcionários” de oposição à sua gestão.

As acusações eram mútuas, efetivadas diretamente pelos candidatos ou através do uso de “provas”, sob a palavra autorizada do sistema jurídico (processos) depoimentos ou fatos tornados de conhecimento público.

A retórica da denúncia e as referências à uma nova história para o Município põem também em cena o tema da eficácia simbólica da memória. Na realidade a lógica da denúncia tinha seus porta-vozes e esse talvez seja o diferencial desta campanha face às precedentes. As acusações feitas através de vídeos, programas televisivos e folhetos suprimiam uma autoria restrita da denúncia no âmbito do circuito familiar, permitindo o aceno aos “novos tempos”. Esta é a questão tratada a seguir.

A EFICÁCIA SIMBÓLICA DA MEMÓRIA E SEUS LIMITES

“Magda está passando o bastão de forma bem desprendida para uma pessoa de fora de seu convívio familiar, de fora de seu grupo político. É claro que ela tem afinidades com o Rogério, mas ela tá apresentando uma pessoa diferenciada de tudo que já foi. Ela poderia estar apresentando o próprio deputado João Jaime que é seu sobrinho. Ela poderia tá apresentando outras pessoas que dentro do grupo familiar tem total condição de disputar a eleição hoje. Ela tá indicando o Rogério para fazer essa diferença, buscar uma maneira nova de fazer uma administração. Tá na hora da política fazer uma oxigenada, sair do domínio da família. A prefeita tem dito que ela não é política. Ela assumiu uma missão porque impuseram isso quando seu marido foi assassinado. Então ela bravamente conduziu isso na mão, conduziu o resto do mandato do marido e foi reeleita. Hoje quer passar esse bastão para uma liderança nova” (Entrevista do coordenador da campanha de Rogério Rios, outubro de 2004).

As campanhas são espaços de construção de memórias. Memórias denunciadas, memórias exemplificadas em feitos heróicos que traduzem o momento eleitoral como evocação a sentidos históricos construídos. Sentidos que também se vinculam a interesses. Uma espécie de genealogia de feitos integra os discursos voltados para a demonstração de que o candidato é apto ao que se propõe.

O ato transferencial de delegação de poderes supõe, nessa perspectiva, a busca de liames históricos entre passado e presente. As eleições afirmam e reiteram candidatos que “expressam a história do município”, representantes que traduzem ou denegam práticas consideradas arcaicas ou inovadoras.

A percepção que anuncia o final de um ciclo e o início de outro pode ser entendida como enfraquecimento da facção política da Prefeita incapaz, nesse momento, de apresentar um candidato da própria família com capacidade para enfrentar o concorrente. Pode também ser interpretada como uma forma de evitar repetições da tragédia, tendo em vista os ânimos entre familiares estarem sempre em situação latente de conflito.

Se a memória do assassinato do prefeito continua a ser evocada como denúncia, não se apresenta mais nas eleições municipais de 2004 como emblema principal de campanha. Não é mais sob a ótica da continuidade que a candidata afirma sua plataforma eleitoral. De certo modo, a prefeita afirma sua condição de vítima, mas o faz no cômputo dos papéis familiares. Seu discurso no último comício reporta-se a “meu marido João Jaime”, sem anunciá-lo como símbolo de um elo transferencial de votos.

É nesse contexto que o candidato apoiado pela prefeita convoca a população a superar a história das brigas familiares e construir algo novo. É como candidato “independente” da família que Rogério Rios apresenta sua proposta como chefe do executivo municipal eximindo-se também da herança negativa deixada pela administração da prefeita.

Por outro lado, abrir mão da condição de herdeira do prefeito João Jaime não significa “esquecer” a tragédia e abdicar do discurso da denúncia. Esta era parte constitutiva do discurso da prefeita incapaz, nesse momento, de evitar a *entrada na cidade* da facção rival.

Do ponto de vista da recorrência da denúncia e das costumeiras explicitações de sensibilidade percebe-se, no entanto, que a eficácia rememorativa do assassinato não têm o mesmo poder de antes.

O coordenador da campanha de Rogério Rios queixava-se, nesse sentido, da maleabilidade das versões:

“A gente fica até a se questionar sobre a aquela afirmação. O povo tem o governo que merece? A gente tenta mostrar isso e mostra o *currículo* do candidato, Quais as suas raízes familiares, qual o processo e trabalho deles (...) o povo precisa entender que Acaraú não poder permanecer na mão de quem já se conhece, e se conhece de uma forma ruim, maléfica, que é imputada a morte do prefeito. Essa pessoa se apresenta como candidato mas já é testado. Matou o prefeito e é acusado desse fato por ter tentado desviar recursos, o prefeito não aceito e foi eliminado. A gente tá concentrando a campanha em cima disso, mas infelizmente as pessoas tem uma memória curta, é preciso a gente tá sempre dizendo a mesma história”.O discurso da prefeita é o de quem está entregando o município e essa missão ela cumpriu de forma muito briosas, ganhando as duas eleições e entregando o poder. Agora está na mão do povo saber se devolve o município para quem buscou o

atraso ou se devolve o município para quem tentou construir uma proposta nova”.

Se a solidariedade com a família da vítima traz inicialmente o recurso do apoio popular, posteriormente os eleitores buscam o candidato que trará os “benefícios para o município”. Trata-se de pensar que a construção da denúncia, baseada no argumento da sensibilidade, não teve, no caso dos pleitos eleitorais em Acaraú, os mesmos requisitos de um discurso calcada noção de clamor pela justiça que cimentou a campanha contra a impunidade em Fortaleza.

A sensibilidade traduzida em apoio eleitoral no município de Acaraú circunda o universo de valores ligados à compaixão e solidariedade. É importante verificar que mesmo nos momentos imediatos à morte do prefeito, os parentes acusados obtiveram vitória eleitoral com apoio de municípios e distritos vizinhos.

No circuito da sensibilidade e das trocas simbólicas cunhadas no universo da reciprocidade, a solidariedade cede lugar à “ingratidão” ou ao “esquecimento”. As opções políticas, atravessadas pelo plano da cumplicidade, tornam-se distantes de um modelo de ruptura, familiar baseando-se nas lealdades primordiais . A *traição* passa a ter sentido no contexto de relações cujas opções políticas são permeadas por regras de fidelidade.

A retórica das denúncias, os sentidos do “esquecimento” e os apelos à renovação convivem como modelos que trazem subjacente as articulações entre política e família e facções, tal como afirmou um dos entrevistados, apoiador do candidato Manuel Duca:

“Aqui um perde outro cresce. A prefeita não fez nada. O povo não quer mais saber dessa morte, isso é briga de galo grande. O povo não tem mais nada a ver com isso. Nas duas eleições ela ganhou porque o povo tinha aquela sensibilidade (.....) Essa história de sensibilidade não pega mais. As pessoas estão cansadas e se sentem enganadas. Já fazem seis anos e elas pensam que está na hora de esquecer. As pessoas mais antigas da família já estão apoiando o Duquinho” (entrevista concedida à autora por um dos articuladoras da campanha do candidato Manuel Duca, op. Cit.).

Opiniões sobre o assassinato do prefeito como “algo do passado” eram ditas por informantes, tanto para justificar a opção pelo “outro lado”, como para referir-se à

necessidade de que o município fosse beneficiado por verbas federais. A idéia de que os *conflitos do passado* diziam respeito a disputas familiares e não deveria transferir-se para o terreno da política aparecia através da seguinte constatação: “na briga familiar quem sai perdendo é o município”. Nesse sentido, o reforço à memória e a sensibilidade, como capital simbólico em campanhas eleitorais precedentes, passava a ser substituído pela lógica da promessa de melhorias urbanas. O sobrinho de João Jaime, deputado João Jaime Neto, afirmava em comício que era necessário oxigenar a política: Chega de Filomeno, dizia em um dos comícios do Candidato Rogério Rios realizado em distrito de Acaraú.

Em momentos eleitorais, a eficácia simbólica da memória reside na construção de elos capazes de construir adesões e solidificar credibilidade política. A evocação ao passado vai estar presente na “biografia” de candidatos, na recuperação da “história do município” e nas formas através das quais cada candidatura formula sua narrativa eleitoral incorporando feitos, datas e personagens memoráveis. Referências positivas ou negativas ao passado demonstram o fato de que cada candidato institui sua temporalidade na política. “Dar continuidade à gestão”, como foi o caso de Magda Gomes em seu primeiro slogan de campanha, propor rupturas ou referir-se aos tempos memoráveis do município, conforme o discurso do candidato Manuel Duca, constituem exemplos de referência à “história de Acaraú”. Os feitos memoráveis induzem crenças e porta-vozes (Bourdieu), na medida em que as palavras supõem não apenas a afirmação de candidaturas, mas justificam crenças que incidem sobre a delegação de poderes.

Na elaboração da “história do município” cada candidato explica sua versão acompanhada de sua inserção como protagonista. Os comícios são repletos de alusões referentes à ancestralidade. Seja partidária, familiar ou expressivas de crenças coletivas historicamente construídas, evocadoras de mitos (Girardet, 1987).

Pensar a memória como emblema político supõe a possibilidade de analisar possíveis usos de construção de narrativas baseadas no passado. Michel Pollack (1989) esclarece, baseado na pesquisa sobre os judeus, que a memória não é um conjunto uniforme e compacto de lembranças, incorporando disputas, busca de legitimidade e reconhecimento. A noção de usos emblemáticos da memória que pode ser pensada no universo de campanhas eleitorais diz respeito à construção de processos de legitimação.

A própria memória é seletiva na designação do que é “necessário lembrar” ou “precisa ser esquecido” no sentido de instituir credibilidade. A dimensão seletiva da memória, antes de estar associada a um sentido de deturpação, ou perda de autenticidade, supõe que ela não se separa de processos sociais e práticas efetivadas por agentes ou porta-vozes. No âmbito dessa assertiva, a memória é fundamentalmente política. As memórias (e é importante pensá-las no plural) afirmam grupos, identidades e denegam outros pela omissão.

A memória também associa-se o esquecimento. Desde Halbwachs (2004) sabemos que processos mentais de rememoração são seletivos e dependentes de interações e sentidos coletivamente construídos. No contexto dos sistemas sociais, a memória atravessa circuitos complexos que articulam-se a legitimações⁶. Os conflitos em Acaraú, conforme as reflexões apontadas nesse texto, promovem outros planos e estratégias de elaboração das lembranças. Lembranças cujos limites estão condicionados às possibilidades de reprodução de facções no poder local.

⁶ Uma discussão sobre o papel da memória como elemento de construção da vida social encontra-se em Connerton (1999). Na perspectiva do autor, a memória consolida símbolos e ícones culturais.

BIBLIOGRAFIA

BARREIRA, Irllys *Política, Memória e Espaço Público: a via dos sentimentos*, RBCS 46, São Paulo, ANPOCS, 2004.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção, um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOLTANSKI, Luc avec Yann Darré er Marie-Ange Schiltz. *La dénonciation, Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, 1984.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras-Portugal: Celta, 1999

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

HALBWCHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro editora, 2004

LANDÉ, Carl H. The dyadic basis of clientelism. In: STEFFEN, W. Schmidt et al. (orgs). *Friends, followers and factions in political clientelism*. Berkeley: University of California Press. 1977.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

WEBER, Max. *Ciência e política duas vocações*. São Paulo: Ed. Martim Claret, 2003.